



OFÍCIO Nº 494/2024-PGMP

Parintins/AM, 29 de novembro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor,

ALEX GARCIA CARDOSO

MD. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Parintins

Rua Umiri, 781 – Conjunto Macurany, Parintins / AM

ASSUNTO: Mensagem nº 20/2024 e Projeto de Lei

Excelentíssimo Vereador Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, encaminho a **Mensagem nº 20/2024 – PGMP** e o **Projeto de Lei nº 117/2024 – PGMP** que Autoriza o município de Parintins a Instituir o Programa de Recuperação Fiscal do Município REFIS, para pessoas físicas e Jurídicas e dá outras providências, para providências ao encargo de Vossa Excelência.

Na oportunidade, requeiro que o Projeto de Lei tramite em **regime de urgência urgentíssima**, com a suspensão da exigência dos interstícios legais previstos no Regimento Interno dessa Casa Legislativa e demais normas correlatas.

Atenciosamente,

Rondinelle Farias Viana
Procurador-Geral do Município
Decreto nº 063/2021-PGMP

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS	
Gabinete do Presidente	
RECEBIDO	
29 NOV. 2024	
Hora	13:35 h

Cayo Vinícius Dias Teixeira
Chefe do Gabinete da Presidência
Portaria Nº 026/2024 - CMP



MENSAGEM Nº 20/2024-PGMP

À Sua Excelência, o Senhor,

Alex Garcia Cardoso

DD. Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Parintins

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Excelentíssimos Vereadores.

No uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 65, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, tenho a honra de submeter à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 117/2024-PGMP que **“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM A INSTITUIR O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO REFIS, PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A providência ora submetida à aprovação de V. Exa. faz-se necessária uma vez que o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Parintins 2024 (Refis) é destinado à regularização de créditos do município, decorrentes de débitos dos contribuintes, de natureza tributária ou não tributária, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o final do exercício financeiro de 2023, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com ou sem sua exigibilidade suspensa.

O **Refis Municipal** não caracteriza renúncia fiscal, tendo em vista que o impacto do mesmo na receita tributária não comprometerá o alcance das metas estabelecidas para arrecadação, pois o valor do imposto está sendo preservado em face da atualização monetária, conforme fica claramente demonstrado por meio da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, anexo ao Projeto de Lei (TABELA I).

A recuperação de débitos tributários permitirá a recuperação de débitos tributários pendentes, de IPTU – Imposto Territorial Urbano e ALVARÁ de FUNCIONAMENTO melhorando a arrecadação municipal, estimulando a economia local e incentivando os contribuintes a regularizarem suas dívidas, liberando recursos para investimentos e consumo.

O REFIS simplificará o processo de arrecadação, reduzindo a burocracia e os custos administrativos, não caracterizando renúncia fiscal, tendo em vista que o impacto do mesmo na receita tributária não comprometerá o alcance das metas estabelecidas para arrecadação, uma vez que não há uma renúncia efetiva, pois o valor do imposto/taxa está sendo preservado em face da atualização monetária, conforme fica claramente demonstrado por meio da estimativa do impacto orçamentário-financeiro nesta contido.



Assim, tornou-se necessária a adoção de ações do Poder Executivo, direcionado à propositura de projeto de Lei, que visa a aprovação do Refis perante o Poder Legislativo, para o exercício financeiro de 2024, atendendo, inclusive, a indicação efetuada na Câmara Municipal.

O presente Projeto de Lei reflete a sensibilidade do Governo Municipal com o momento de dificuldade financeira da população, assim como, visa a organização, gestão de suas receitas e aumento da arrecadação, com a disponibilização ao contribuinte, de ferramenta que permite o pagamento facilitado do débito com a exclusão de juros e multas, o que certamente virá com adimplemento diante da oportunidade e atratividade de extinção do crédito tributário com o devido pagamento.

Em razão do exposto, fica evidenciado que a presente proposta de Projeto de Lei (Programa de Recuperação Fiscal Municipal 2024 - REFIS), constitui medida de interesse público e, em virtude disso, submeto à apreciação e aprovação dessa insigne Casa Legislativa.

Confiante em que Vossas Excelências certamente darão especial atenção no exame da matéria de relevante interesse público, solicito na forma do art. 48, §§1º e 4º, da Lei Orgânica do Município de Parintins, que o Projeto tramite em **regime de urgência, com a dispensa dos interstícios**, renovo-lhes as homenagens de respeito e especial consideração.

Parintins/AM, 29 de novembro de 2024.

Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins

Rondinelle Farias Viana
Procurador-Geral do Município de Parintins
Decreto nº 063/2021 - PGMP



PROJETO DE LEI Nº 117/2024-PGMP

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM A INSTITUIR O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO - REFIS, PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Cidadão *Frank Luiz da Cunha Garcia*, Prefeito Municipal de Parintins, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Parintins, apresenta a consideração do Poder Legislativo o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa de Recuperação Fiscal do Município - REFIS, para pessoas físicas e jurídicas.

Parágrafo Único. A Recuperação Fiscal de que trata *caput* deste artigo refere-se à anistia total de juros e multas do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Alvarás Municipais.

Art. 2º. Para fins de execução do REFIS, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dispensar o pagamento dos débitos descritos no parágrafo único, do art. 1º, desta Lei, bem como normatizar o parcelamento dos tributos de que trata esta Lei, ambos lançados ou mesmo inscritos na Dívida Ativa, de contribuintes:

I - Do IPTU do Município de Parintins, decorrente de fatos geradores ocorridos nos últimos 05 (cinco) anos retroativos.

II - De Alvarás Municipais, decorrentes de fatos geradores ocorridos nos últimos 05 (cinco) anos retroativos.

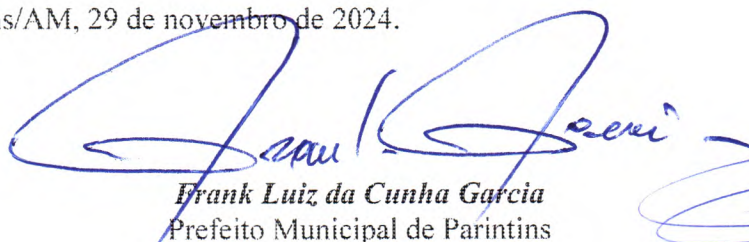
§1º. Na hipótese do contribuinte optar pelo parcelamento descrito no *caput* deste artigo, o pedido e o pagamento da parcela inicial deverá ser efetuado até o último dia útil de maio do ano em que solicitou o parcelamento.

§2º. O parcelamento do tributo não poderá ser superior a 05 (cinco) parcelas, em valor unitário não inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, vencíveis até o último dia útil do mês de maio do ano de 2025.

Art. 3º. Para atender às normas expressas na Lei Complementar nº 101/2000, a estimativa de impacto financeiro e orçamentário encontra-se demonstrado nos ANEXOS desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parintins/AM, 29 de novembro de 2024.


Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins


Rondinelle Farias Viana
Procurador-Geral do Município de Parintins
Decreto nº 063/2021 - PGMP



PERSPECTIVA DE RECUPERAÇÃO FISCAL:

TABELA I
DADOS PARA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2024

NÚMERO DE CONTRIBUINTES DE IPTU	11.756
NÚMERO DE CONTRIBUINTES ALVARÁ	6.519
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DE IPTU 2024 – COTA ÚNICA	R\$ 4.703.914,15
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DE ALVARÁ 2024 – COTA ÚNICA	R\$ 1.549.720,27

FONTE: SISTEMA TRIBUTÁRIO – SMTCA – EM 29/10/2024

TABELA II
VALORES REFERENTES A INADIMPLÊNCIA DE IPTU E ALAVRA 2019-2023

ANO	INADIMPLÊNCIA		INADIMPLÊNCIA	
	IPTU		ALVARÁ	
	SEM JUROS E MULTA	COM JUROS E MULTA	SEM JUROS E MULTA	COM JUROS E MULTA
2019	R\$ 1.465.602,80	R\$ 1.899.294,40	R\$ 520.035,25	R\$ 720.309,38
2020	R\$ 561.707,87	R\$ 763.692,62	R\$ 607.227,68	R\$ 847.011,50
2021	R\$ 3.346.057,03	R\$ 4.514.214,92	R\$ 682.633,29	R\$ 951.818,19
2022	R\$ 3.919.709,40	R\$ 5.289.926,91	R\$ 856.424,55	R\$ 1.185.818,31
2023	R\$ 4.302.259,87	R\$ 5.805.613,72	R\$ 979.490,20	R\$ 1.356.157,94
TOTAL	R\$ 13.595.336,97	R\$ 18.272.742,57	R\$ 3.645.810,97	R\$ 5.061.115,32

FONTE: SISTEMA TRIBUTÁRIO – SMTCA – EM 29/10/2024

TABELA III

TOTAL	IPTU + ALVARÁ - SEM JUROS E MULTA	IPTU + ALVARÁ - COM JUROS E MULTA	DIFERENÇA
	R\$ 17.241.147,97	R\$ 23.333.857,89	R\$ 6.092.709,95

FONTE: SISTEMA TRIBUTÁRIO – SMTCA – EM 29/10/2024